



## FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

### PLANO DE ENSINO - 2022

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

**1.1 PROFESSOR:** Prof. Ms. Silvio Marques Garcia

**1.2 DISCIPLINA:** Direito Tributário e Financeiro

**1.3 CARGA HORÁRIA TOTAL:** 144

#### 2. EMENTA

Direito Financeiro. Conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Princípios de Direito Financeiro. Receita e despesa pública. Crédito público. Orçamento público. Elaboração, execução e controle da execução orçamentária. Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Responsabilidade fiscal.

Direito Tributário. Conceito e objeto. Tributo. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Fontes do direito tributário. Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação e interpretação. Lei complementar em matéria tributária. Limitações constitucionais do poder de tributar. Espécies tributárias: Impostos, taxas e contribuições de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições especiais. Competência tributária. Receitas Públicas: repartição da receita tributária. Regra matriz de incidência tributária. Hipótese de incidência tributária. Fato gerador. Estrutura da norma tributária. Responsabilidade Tributária. Crédito tributário e obrigação tributária. Lançamento. Modalidades. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Exclusão do crédito tributário. Anistia e isenção. Extinção do crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração tributária. Dívida ativa e execução fiscal.

#### 3. OBJETIVOS GERAIS

Desenvolver uma visão global e macrofuncional da estrutura do sistema tributário com foco na apreensão e compreensão dos princípios constitucionais tributários como ferramenta à avaliação da legalidade e constitucionalidade das figuras tributárias.

Desenvolver uma visão acerca do orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na Constituição Federal. Compreender a estrutura e organização da atividade financeira do Estado à luz das teorias do gasto público e da receita pública. Articular os temas gasto público, responsabilidade fiscal e justiça tributária, com ênfase nos direitos fundamentais relacionados ao direito financeiro.

#### 4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar o sistema tributário existente em nosso ordenamento, visando à compreensão de vícios e suas principais características. Possibilitar a identificação das diversas espécies tributárias, suas características e aplicações práticas.

Conhecer os fundamentos e princípios básicos das Finanças Públicas. Expor as operacionalidades do Sistema Financeiro nacional. Conhecer as leis orçamentárias e a sua execução. Conhecer a Lei de Responsabilidade Fiscal, sua aplicação na prática e implicações jurídicas.

#### 5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### PRIMEIRO BIMESTRE

1.1 Direito Financeiro. Atividade Financeira do Estado.

1.1.1 Conceito de Direito Financeiro

1.1.2 Objeto do Direito Financeiro

1.1.3 Atividade Financeira do Estado

1.2 Princípios de Direito Financeiro

1.2.1 Normas, regras e princípios

1.2.2 Normas Gerais de Direito Financeiro

1.2.3 Estado Democrático



## FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

### PLANO DE ENSINO - 2022

- 1.2.4 Direitos fundamentais e orçamento público
- 1.3 Receitas Públicas e Despesas Públicas.
  - 1.3.1 Conceito de Receita e Despesa Pública
  - 1.3.2 Classificação.
  - 1.3.3 Gastos com pessoal.
  - 1.3.4 Limites para a Despesa Pública
- 1.4 Crédito Público e Dívida Pública.
  - 1.3.1 Conceito de Crédito Público
  - 1.3.4 Dívida interna e externa
  - 1.3.5 Títulos da Dívida Pública
  - 1.3.6 Equilíbrio Fiscal e intergeracional
- 1.5 Leis Orçamentárias e Ciclo Orçamentário
  - 1.5.1 Plano plurianual
  - 1.5.2 Diretrizes orçamentárias
  - 1.5.3 Orçamento anual
  - 1.5.4 Créditos adicionais
- 1.6 Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira
  - 1.6.1 Espécies de Controle
  - 1.6.2 Controle interno e externo
  - 1.6.3 Responsabilidade Fiscal.
- 1.7 Receita tributária
  - 1.7.1 Aspectos gerais
  - 1.7.2 Poder de tributar
  - 1.7.3 Receitas tributárias
  - 1.7.4 Repartição das receitas tributárias
- 1.8 Direito Tributário
  - 1.8.1 Conceito de direito
  - 1.8.2 Conceito, objeto e autonomia
- 1.9 Tributo
  - 1.9.1 Conceito de tributo
  - 1.9.2 Classificação jurídica dos tributos
- 1.10 Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade.
  - 1.10. Funções do Direito Tributário
    - 1.10.1 Função fiscal
    - 1.10.2 Função extrafiscal
    - 1.10.3 Função parafiscal

### **SEGUNDO BIMESTRE**

- 2.1 Fontes do direito tributário
  - 2.1.1 Fontes formais
  - 2.1.2 Fontes materiais
- 2.2 Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação e interpretação.
  - 2.2.1 Conceito
  - 2.2.2 Vigência
  - 2.2.3 Aplicabilidade
  - 2.2.4 Interpretação
- 2.3 Normas gerais de direito tributário
  - 2.3.1 Federalismo Fiscal
  - 2.3.2 Lei complementar em matéria tributária
- 2.4 Competência tributária
  - 2.4.1 Competência federal
  - 2.4.1 Competência estadual
  - 2.4.1 Competência municipal
  - 2.4.1 Competência cumulativa e residual
- 2.5 Receitas Públicas: repartição da receita tributária
  - 2.5.1 Receitas tributárias federais, estaduais e municipais
  - 2.5.2 Fundos de participação de estados e municípios
  - 2.5.3 Fundos especiais



## FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

### PLANO DE ENSINO - 2022

#### TERCEIRO BIMESTRE

- 3.1 Limitações constitucionais do poder de tributar
  - 3.1.1 Princípios constitucionais tributários
  - 3.1.1 Imunidades tributárias
- 3.2 Espécies tributárias
  - 3.2.1 Imposto
  - 3.2.2 Taxa
  - 3.2.3 Contribuição de melhoria
  - 3.2.4 Empréstimos compulsórios
  - 3.2.5 Contribuições especiais
- 3.3 Regra matriz de incidência tributária
  - 3.3.1 Estrutura da norma tributária
  - 3.3.2 Critérios material, temporal e espacial
  - 3.3.3 Critérios pessoal e quantitativo
- 3.4 Hipótese de incidência tributária
  - 3.4.1 Hipótese de incidência
  - 3.4.2 Fato gerador
- 3.5 Crédito tributário e obrigação tributária
  - 3.5.1 Obrigação tributária
  - 3.5.1 Crédito tributário
- 3.6 Lançamento tributário
  - 3.6.1 Conceito e natureza
  - 3.6.2 Modalidades
- 3.7 Responsabilidade Tributária
  - 3.7.1 Responsabilidade por transferência
  - 3.7.2 Substituição tributária

#### QUARTO BIMESTRE

- 4.1 Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: conceito e hipóteses
  - 4.1.1 Conceito
  - 4.1.2 Hipóteses de suspensão do crédito
- 4.2 Exclusão do crédito tributário
  - 4.2.1 Isenção
  - 4.2.2 Anistia
- 4.3 Extinção do crédito tributário
  - 4.3.1 Conceito
  - 4.3.2 Hipóteses de extinção do crédito
  - 4.3.3 Decadência e prescrição no Direito Tributário
- 4.4. Garantias e privilégios do crédito tributário
  - 4.4.1 Garantias do crédito tributário
  - 4.4.2 Privilégios do crédito tributário
    - 4.4.2.1 O crédito tributário na falência
- 4.5 Administração tributária
  - 4.5.1 Fiscalização Tributária
  - 4.5.2 Retenção na fonte
  - 4.5.3 Normas antielisão
  - 4.5.4 Escrituração fiscal
- 4.6 Dívida ativa e execução fiscal
  - 4.6.1 Certidão da Dívida Ativa
  - 4.6.2 Etapas da Execução Fiscal

## 6. PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- **Aula expositiva dialogada** – É a exposição do conteúdo, com a participação ativa dos alunos, cujo conhecimento deve ser considerado e pode ser tomado como ponto de partida. O professor leva os estudantes a questionarem, interpretarem e discutirem o objeto de estudo, a partir do reconhecimento e do confronto com a realidade. Deve favorecer a análise



## FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

### PLANO DE ENSINO - 2022

crítica, resultando na produção de novos conhecimentos. Propõe a superação da passividade e imobilidade intelectual dos estudantes.

- **Estudo dirigido** – É o ato de estudar sob a orientação do professor, visando a sanar dificuldades específicas. Prevê atividades individuais, grupais, podendo ser socializadas: (i) Leitura individual a partir de um roteiro elaborado pelo professor; (ii) resolução de questões e situações-problema, a partir do material estudado; (iii) no caso de grupos de entendimento, debate sobre o tema estudado, permitindo à socialização dos conhecimentos, a discussão de soluções, a reflexão e o posicionamento crítico dos estudantes ante a realidade vida.
- **Estudo de caso** – É a análise minuciosa e objetiva de uma situação real que necessita ser investigada e é desafiadora para os envolvidos.
- **Atividades em sala** - Estudo de julgados, casos práticos, proposições legislativas e temas polêmicos.

## 7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO APROVEITAMENTO

As avaliações serão compostas por parte objetiva e parte dissertativa, com ou sem consulta à legislação. Serão realizadas provas bimestrais, nas quais terão ênfase situações de ordem prática, às quais os alunos devem aplicar os institutos estudados no semestre até a realização da avaliação. Serão propostos trabalhos de pesquisa, atividades em sala e também serão levados em consideração a participação e o interesse demonstrados durante a aula.

## 8. INTERCOMPLEMENTARIDADE DISCIPLINAR

Intercomplementaridade, via conteúdo programático, pelo domínio de conceitos jurídicos fundamentais, comuns aos diversos componentes curriculares do curso superior de graduação em Direito, tais como: Direito Constitucional, Economia Aplicada ao Direito, Direito Econômico, Direito Administrativo, etc.

Intercomplementaridade pela consecução de habilidades e competências comuns aos diversos ramos do saber jurídico, tais como: domínio de normas técnico-jurídicas, de tecnologias e métodos; raciocínio jurídico, argumentação, persuasão e reflexão crítica; leitura, compreensão, interpretação e aplicação do Direito; utilização adequada da legislação, jurisprudência, doutrina e demais fontes do Direito; julgamento e tomadas de decisões apropriadas etc.

Intercomplementaridade pela busca da comunicação com as demais disciplinas da organização curricular, compreendendo: adequada formação geral, humanística e axiológica; capacidade de análise, argumentação e compreensão da historicidade dos direitos; aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica (aprender a aprender), para o exercício profissional com justiça e cidadania (aprender a viver no mundo jurídico), numa perspectiva de educação continuada.

## 9. BIBLIOGRAFIA

### 9.1 BIOGRAFIA BÁSICA

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributário**. 16. ed. Salvador: Juspodivm: 2022.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

PASCHOAL, Valdecir. **Direito financeiro e controle externo**. 10. ed. São Paulo: Método, 2019.

### 9.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Paulo de Barros. **Direito tributário, linguagem e método**. 8. ed. São Paulo: Noeses, 2018.



## FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA

### PLANO DE ENSINO - 2022

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

OLIVEIRA, Regis Fernandes. **Curso de direito financeiro**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Manual de direito tributário**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Direito tributário**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

Responsabilizo-me pelo cumprimento integral deste Plano de Ensino

Franca, de de 2022

Professor Silvio Marques Garcia